

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.333.595 - SP (2018/0185681-5)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : MARLY SETSUKO KANAGUCHI YABUYA**  
**ADVOGADO : JOSE EXPEDITO DE OLIVEIRA JUNIOR - SP222902**  
**AGRAVADO : RESIDENCIAL THE PENTHOUSES TAMBORE**  
**ADVOGADO : VERA MARIA GARAUDE - SP146251**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interno (fls. 380-399) interposto por MARLY SETSUKO KANAGUCHI YABUYA contra decisão monocrática (fls. 374-376), da lavra do então relator, em. **Ministro Lázaro Guimarães**, que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial aos seguintes fundamentos:

- a) ausência de prequestionamento dos arts. 525, §1º, III e VI, 803, I, ambos do CPC/2015 (incidência das Súmulas 282 e 356/STF); e
- b) aplicação da Súmula 7/STJ à alegação de vulneração ao art. 524, I, II, III e IV do CPC/2015.

Nas razões do agravo interno, MARLY SETSUKO KANAGUCHI YABUYA afirma, em síntese, que as "*(...) matérias objeto de discussão no presente recurso, ligadas aos vícios processuais contidos no requerimento do cumprimento de sentença provisório, da causa superveniente extintiva da obrigação, da inexigibilidade do título pela falta de certeza e do excesso de execução, foram amplamente debatidas, tendo havido o expresso enfrentamento de tais questões no v. acórdão recorrido*" (fl. 383).

Sustenta, ainda, que "*(...) tratam-se de questões de cunho exclusivamente jurídico, as quais, portanto, não demandam, para a sua análise, o reexame de provas, mas sim a verificação, pela leitura da petição que deflagrou a fase de cumprimento de sentença provisório, se houve ou não a observância de tais requisitos*" (fl. 395).

Ao final, requer a reconsideração da decisão agravada ou, se mantida, que

# *Superior Tribunal de Justiça*

seja o presente recurso levado a julgamento perante a eg. Quarta Turma.

Sem impugnação (*vide* certidão à fl. 402).

É o relatório. Passo a decidir.

Após detida leitura das razões trazidas no agravo interno, vislumbra-se que a decisão agravada deve ser reconsiderada.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão agravada.

Publique-se.

Após, retornem os autos conclusos para novo exame do agravo em recurso especial.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator